

# Humanizemos o Homem através dos Ideais Republicanos

José Barreiros

*Agrupamento de Escolas do Bonfim*

Naquele tempo, disse Jesus aos seus discípulos: «Ninguém pode servir a dois senhores, (...). Vós não podeis servir a Deus e ao dinheiro. Olhai como crescem os lírios do campo: não trabalham nem fiam, mas Eu vos digo: nem Salomão, em toda a sua glória, se vestiu como um deles.»

*Sermão da Montanha*

Na *Política* de Aristóteles, é-nos dito que o «homem é um animal social» e, por isso, é um ser que precisa de outras pessoas e, em consequência, necessita de viver com os outros.

A dimensão gregária do homem tem implicações diversas: desejo pelo convívio, apologia da solidariedade, celebração de eventos festivos ou lúdicos, respeito pelas leis e valorização da cooperação no contexto familiar ou social. Isto significa que qualquer cidadão mantém relações interpessoais com conhecidos, desconhecidos e, em certas situações, mesmo com indivíduos estrangeiros. Para que haja respeito e confiança, qualquer pessoa, ao ter uma sólida educação cívica, estará apta a observar os preceitos de uma sociedade democrática, aberta e tolerante, impedindo que se encontrem no seu seio comportamentos tribais – nós e os outros; o norte contra o sul ou ricos contra os pobres.

Contudo, estas situações só existem quando há um bom governo, isto é, que tenha autoridade e seja legitimado diariamente pela sua ação governativa, já que o povo tem desejos próprios e que são



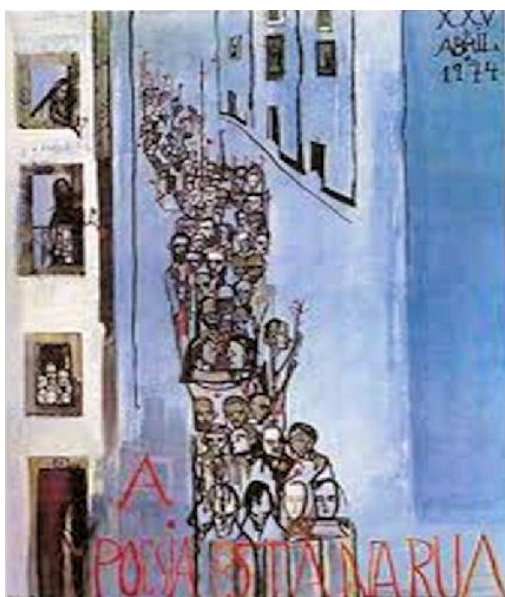
perceptíveis não só nos momentos eleitorais, mas, na verdade, também nos outros dias subsequentes às eleições. Caso contrário, é possível estarmos perante um elenco governativo legal, mas ilegítimo, ou seja, um governo mau e incapaz de defender os interesses da maioria dos cidadãos.

Visando impedir abusos ou violências, uma sociedade deverá reger-se por leis universais, impedindo que haja discriminações ou privilégios que ponham em causa a mobilidade social de um indivíduo ou as liberdades cívicas das pessoas. Aliás, ninguém é livre se não tiver poder económico para satisfazer as condições básicas da sua existência – conviver, almoçar com os seus amigos,



viajar ou enriquecer-se culturalmente nos seguintes contextos: gastronomia, teatro, ópera, café filosófico, cinema, tertúlias literárias, musicais ou políticas, ... .

A cooperação entre todos os elementos, que formam um país, uma sociedade ou uma instituição, é a chave para a vivência pacífica e saudável. Aliás, se observarmos a natureza, vemos que esta atitude não corresponde apenas um comportamento humano. A cooperação, sendo uma estratégia de sobrevivência animal, é algo



natural. Não é uma simples escolha ou uma mera artificialidade da cultura humana. Para sobreviverem, os animais cooperam, os homens cooperam, desenvolvendo-se o gosto pela partilha de experiências no

contexto do trabalho ou numa dimensão lúdica.

Observando o nosso país durante os últimos anos, vemos que as pessoas, revelando alguma agitação social e diversas incertezas quanto ao futuro, procuram refugiar-se nos valores que sejam transversais à sociedade e comuns à maioria dos cidadãos – liberdade, dignidade, trabalho e solidariedade.

Em princípio, o conceito REPÚBLICA, na sua tradução e aplicação política, deveria responder às expectativas existenciais de qualquer indivíduo num contexto de uma sociedade harmoniosa e defensora dos direitos humanos. Aliás, a noção filosófica e empírica, que se tem deste tipo de regime, coadjuvado pelas suas próprias instituições, designa um **estado legitimamente soberano**, o qual, pelas suas características, não se confunde totalmente com outros sistemas de governação – monarquia, oligarquia, tirania, império ou protetorado.

Esta definição, respeitante à noção de um sistema que promove a igualdade e a cooperação no âmbito da coesão social, cultural e política de um país, sai reforçada com a etimologia da palavra – do latim *res publica*, «coisa pública» – que opõe a *república* à «coisa privada» e, de modo extensivo ou geral, ao interesse personalizado e ao espaço privado.

Nos dias de hoje, esta perspetiva binária da sociedade moderna, privado/público, está extremamente enfraquecida e encontra-se em perigo através de diversos modos de expressão ou de representação onde prevalece o individualismo extremado e predomínio eufórico do poder financeiro.

Esta fronteira política, que deveria ser facilmente perceptível a qualquer cidadão, tende a ser invisível, cinzenta ou mesmo a desaparecer, dando azo a que qualquer cidadão pense que só existe um poder único e válido – aquele que é a face da vontade financeira atinente ao pensamento neoliberal, o qual, no âmbito dos países do sul, tem promovido a regressão salarial,



atenuando as liberdades coletivas ou individuais.

Hoje, este fator ideológico, ao transformar-se num pensamento único, poderá ser de veras preocupante, já que atenua a já fraquíssima visibilidade dos valores republicanos, tornando-os sonâmbulos, trazendo-nos à memória Fernando Pessoa, quando dizia que «Morrer é só não ser visto».